SERVIÇO SOCIAL E GRAMSCI: hegemonia e o Projeto Ético Político

Zaira Sabry Azar[1]
Malanya Moreira Diniz[2]
Aline de Carvalho Mendes[3]

RESUMO

Trata da relação do Serviço Social com o pensamento de Antonio Gramsci, tendo como recorte sua concepção de hegemonia, para pensar o Projeto Ético Político da profissão, enquanto construção hegemônica dos assistentes sociais. Metodologicamente resulta de pesquisa sobre a influência do pensador para o Serviço Social. Aponta a inserção do pensamento gramsciano na academia, com destaque no Serviço Social. Traz indicações teóricas sobre a categoria hegemonia; recupera a construção do Projeto Ético Político, configurando-o como resultante do processo de questionamentos e reflexões da categoria sobre seu fazer profissional, enquanto resposta à questão social, em meio às contradições próprias do capitalismo. Considera que, ainda que considerado hegemônico junto ao conjunto de profissionais, o PEPSS se insere na dinâmica social, que lhe exige aprofundamento das análises para o enfrentamento às invertidas do avanço do conservadorismo reacionário que avança sobre a profissão.

Palavras-chave: Serviço Social. Hegemonia. Projeto Ético Político.

ABSTRACT

It deals with the relationship of Social Work with the thought of Antonio Gramsci, taking as its outline his conception of hegemony, to think about the Ethical Political Project of the profession, as a hegemonic construction of social workers. Methodologically, it results from research on the influence of the thinker for Social Work. It points to the insertion of Gramscian thought in the academy, with emphasis on Social Work. It brings theoretical indications about the hegemony category; recovers the construction of the Political Ethical Project, configuring it as a result of the process of questioning and reflections of the category on their professional practice, as a response to the social question, amidst the contradictions of capitalism. It considers that, even though considered hegemonic among the set of professionals, the PEPSS is part of the social dynamic, which requires it to deepen the

[1] Docente do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Membro do Grupo de Estudos, Pesquisa e Debates em Serviço Social e Movimento Social (GSERMS) E-mail. zaira.sabry@ufma.br.
[2] Estudante do Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Maranhão. Bolsista de Iniciação Científica pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA). E-mail: malanyamdiniz@gmail.com.
[3] Estudante do Curso de Especialização em Políticas Sociais e processos pedagógicos em Serviço Social da Universidade Federal do Maranhão - UFMA. Membro do Grupo de Estudos, Pesquisa e Debates em Serviço Social e Movimento Social (GSERMS). Bolsista PIBIC UFMA. E-mail: aline.mendes@discente.ufma.br.

> analysis to face the reverses of the advance of reactionary conservatism that advances in the profession

1 INTRODUÇÃO

O Serviço Social tem suas origens no conservadorismo representado pela filantropia política da igreja católica, que, em atendimento ao desenvolvimento industrial brasileiro, preparou os primeiros cursos que resultou na inscrição da profissão na divisão do trabalho. A influência cristã é aprofundada à profissão impondo-se como “uma ação doutrinária e organizativa com o objetivo de livrar o proletariado das influências da vanguarda socialista do movimento operário e harmonizar as classes em conflito a partir do comunitarismo cristão” (IAMAMOTO, 2011, p.19).

Tendencialmente, portanto, conservadora em sua gênese, a profissão vivencia as contradições próprias de uma sociedade estratificada, em cujas bases organizativas encontra-se a exploração do homem pelo homem para a produção da riqueza, elemento central da composição orgânica, ou mesmo a determinação da questão social. O amadurecimento social da profissão a leva a questionar o status quo e a contestar sua prática institucional. Tais questionamentos

> ... emergem numa conjuntura marcada por uma situação de crise e de intensa efervescência política no Continente, no quadro do colapso dos populismos e de uma reorientação tática do imperialismo em relação às sociedades dependentes. (IAMAMOTO, 2011, p. 35)

A latência da questão social e o tratamento policial que lhe fora dado, no contexto de reorientação do imperialismo econômico e político, aprofundou as desigualdades sociais, explicitando de forma contundente as manifestações da questão em suas mais diversas expressões.

Por outro lado, como próprio de processos contraditórios, há a ebulição política da contestação, o que se dá em muitos espaços da sociedade, em destaque em entidades organizativas da classe trabalhadora, em especial os partidos, assim como

em espaços caracterizadamente teóricos, como a academia. Como base das contestações, reflexões provocadas pela teoria histórico crítica marxista, devido à entrada do pensamento marxiano e marxista na América Latina e no Brasil.

Dentre os pensadores críticos que adentraram ao debate político e teórico no país, Antônio Gramsci foi uma das maiores referências. De origem italiana, mas especificamente sarda, nos anos 1950, desconhecido como teórico, "... viria a se tornar, a partir dos anos 70, um dos autores estrangeiros mais lidos e discutidos no Brasil – e não apenas por marxistas" (COUTINHO, 1999, p. 281-282).

Inicialmente, seu debate aqui se insere de forma gradual, não sendo sua teoria articulada diretamente a um projeto político. Ganhando força, o pensamento de Gramsci "passa a ter um sentido utilitário, servindo aos mais variados gostos e tendências" (SIMIONATTO, 1995, p. 103). Porém, em uma dinâmica de ebulição político social, que exigia a compressão dos processos do período, os debates acadêmicos foram incorporando conceitos gramscianos para explicar a realidade.

Neste sentido, teve ampla inserção nas Ciências Sociais, em particular no Serviço Social, que tecia, no contexto das décadas de 1970 e 1980, uma dinâmica de revisão, por assim dizer, de seus referenciais teóricos, buscando com isso, imprimir um reordenamento metodológico para a profissão, no sentido de romper com sua tradição conservadora e filantrópica. Para tal, categorias trabalhadas pelo autor passaram a ser apropriadas pela categoria, como Estado, ideologia, práxis e hegemonia.

Para Simionatto (p. 40/41), "falar de hegemonia implica falar também de crise de hegemonia, que se caracteriza pelo enfraquecimento da direção política da classe no poder", o que nos ajuda a compreender o Projeto Ético Político profissional, construído a partir de quando os fundamentos teórico metodológicos de tradição conservadora passam a serem questionados no contexto das contradições da ordem societária.

A construção da hegemonia do projeto ético político da profissão deu-se, portanto, em meio às relações entre infraestrutura e superestrutura, onde se destaca a emergência de forças que se inserem na luta por uma nova ordem social. Nesta perspectiva, o conjunto da profissão, enquanto particularidade histórica, constitui relações mediadas pelas contradições próprias do movimento ou dinâmica social, apresentando particularidades na construção de um projeto societário emancipatório.

Este artigo apresenta reflexões acerca da construção do Projeto Ético do Serviço Social. Constitui pesquisa bibliográfica e resulta de pesquisa sobre a atualidade do pensamento de Gramsci no Serviço Social, tendo como referência programas de disciplinas de um curso de Serviço Social de uma universidade federal.

Em termos de exposição, encontra-se estruturado em dois itens, além desta introdução e das considerações. O primeiro item tece indicações teóricas acerca da categoria hegemonia, referenciando-se no autor indicado no objeto de estudo, e em estudioso de sua produção teórica. O segundo traz o Projeto Ético da profissão, indicando aspectos hegemônicos junto à categoria profissional. À guisa de considerações, observa que o projeto Ético Político, como construção hegemônica que orienta a categoria profissional, inserido no movimento concreto da realidade, exige maiores reflexões acerca do avanço de setores reacionários da sociedade brasileira, que incidem no processo de formação e cultura profissional.

2 HEGEMONIA: ALGUMAS REFLEXÕES A PARTIR DE GRAMSCI

Dos muitos conceitos estudados por Gramsci, hegemonia constitui um dos mais importantes. Abordado por muitos estudiosos, o termo hegemonia

> [...] deriva do grego *eghestal,* que significa “conduzir”, “ser guia”, “ser líder”; ou também do verbo *ephomeneou,* que significa “ser guia”, “preceder”, “conduzir”, e do qual deriva “estar à frente”, “comandar”, “ser o senhor”. Por *eghemonia,* o antigo grego entendia a direção suprema do exército. Trata-se, portanto de um termo militar. Hegemônico era o chefe militar, o guia e também o comandante do exército. Na época das guerras do Peloponeso, falou-se da

> cidade hegemônica para indicar a cidade que diria a aliança das cidades gregas entre si. (GRUPPI, 1978, p.1)

Gramsci aprofundou suas reflexões sobre o conceito nos Cadernos, relacionando-o à compreensão crítica do "homem ativo de massa" de si mesmo, que "através de uma luta de 'hegemonias' política, de direções contrastantes, primeiro no campo da ética, depois no da política, atingindo, finalmente, uma elaboração superior da própria concepção do real" (p. 103), porém, para esta "consciência política", enquanto devir histórico, "supõe necessariamente uma unidade intelectual e uma ética adequada a uma concepção do real que superou o senso comum e tornou-se crítica, mesmo que dentro de limites ainda restritos" (p. 104), o que não é possível sem a organização política das massas.

Ou seja, a possibilidade da construção de uma hegemonia passa pela laboração de uma classe sobre sua visão de mundo, sendo capaz de definir as linhas gerais das relações econômicas e sociais, intervindo e articulando forças e sujeitos a fim de manter seu ideário de mundo. No sentido da construção hegemônica da classe subalternizada, para que seja construída uma outra ideia de mundo, esta precisa, necessariamente, atrelar-se a um programa radical de transformação da economia, a fim de que a organização da produção supere a exploração da mais valia ou a exploração do homem pelo homem.

No entanto, a hegemonia precisa ser entendida como

> [...] algo que opera não apenas sobre a estrutura econômica e sobre a organização política da sociedade, mas também sobre o modo de pensar, sobre as orientações ideológicas e inclusive sobre o modo de conhecer. (GRUPPI, 1978, p. 3)

É preciso compreendê-la como

> .. a capacidade de unificar através da ideologia e de conservar um bloco social que não é homogêneo, mas sim marcado por profundas contradições de classe. Uma classe é hegemônica, dirigente e dominante, até o momento em que - através de sua ação política, ideológica, cultural - consegue manter articulado um grupo de forças heterogêneas, consegue impedir que o contraste existente entre tais forças exploda, provocando assim uma crise na ideologia dominante, que leve à recusa de tal ideologia, fato que irá coincidir com a crise política das forças no poder. (GRUPPI, 1978, p.70)

O conceito de hegemonia em Gramsci é um tipo de conceito chave, uma vez que a categoria perpassa por outras, formando um conjunto indispensável para a compreensão de seu pensamento. Sendo assim o conceito de hegemonia gramsciano pode ser entendido como uma relação de domínio de uma classe sobre a outra baseado na força e no consenso, portanto:

> O exercício "normal" da hegemonia, no terreno tornado clássico do regime parlamentar, caracteriza-se pela combinação da força e do consenso, que se equilibram de modo variado, sem que a força suplante em muito consenso, mas, ao contrário, tentando fazer com que a força pareça apoiada no consenso da maioria, expresso pelos chamados órgãos da opinião pública – jornais e associações –, os quais, por isso, em certas situações são artificialmente multiplicados. (GRAMSCI, 2007, p.95)

Sendo assim, de acordo com Durigueto, Sousa e Silva (2009, p.14 apud NEGRI e SIMIONATTO, 2017, p.18,) consideram que

> ... nessa perspectiva, a hegemonia é fundada no 'consenso dos grupos sociais aliados', necessária à 'conquista progressiva de uma unidade político-ideológica, de uma direção de classe, alargamento e articulação de seus interesses e necessidades'.

À vista disso é através da hegemonia e da combinação coerção e consenso que visões de mundo são construídas e difundidas pelo grupo dirigente e aceita pelo grupo dominado. Portanto

> A luta pela hegemonia, uma batalha de ideias, de visão de mundo, de ideologia e de projetos políticos em disputa, assume uma importância central na luta pelo poder do Estado e em sua conquista. Pode ser um consentimento ativo não só no discurso, mas, principalmente, na ação política, é, portanto, um processo pedagógico. É importante salientar que hegemonia não pode ser confundida com dominação; hegemonia representa uma direção, conquista, luta, guerra de posição. (NEVES, 2017, p.33)

Nesse sentido, a hegemonia é um processo para manutenção ou construção de uma nova sociedade. Partindo dessa premissa a relação dessa categoria com o Serviço Social e fazendo uma relação com Projeto Ético Político no sentido de que

> [...]o projeto ético-político do Serviço Social brasileiro está vinculado a um projeto de transformação da sociedade. Essa vinculação se dá pela própria exigência que a dimensão política da intervenção profissional[2] põe. Ao atuarmos no movimento contraditório das classes, acabamos por imprimir uma direção social às nossas ações profissionais que favorecem a um ou a outro projeto societário. (BRAZ, BARATA, 2009, p. 05)

Por conseguinte, a atuação do assistente social manifesta-se a partir do projeto societário que defende, de que lado ele se coloca, seja na defesa dos interesses capitalistas ou na defesa dos interesses da classe trabalhadora. Assim, projeto ético-político da profissão, articulado ao conceito gramsciano de hegemonia constitui possibilidade concreta para a construção de uma nova hegemonia, tendo em vista a transformação das condições impostas às classes subalternas para sua emancipação política.

3 PROJETO ÉTICO E A HEGEMONIA NO SERVIÇO SOCIAL

Partindo da concepção gramsciana, anteriormente trabalhada, de hegemonia enquanto capacidade de unificar um grupo de forças heterogêneas, conservando um bloco não homogêneo, marcado por profundas contradições, e que, a luta por tal hegemonia é travada na batalha de ideias, visões de mundo e de projetos em disputa, é que tratamos de compreender o projeto ético político do Serviço Social e sua hegemonia no Serviço Social brasileiro.

Em uma sociedade de classes, todo projeto apresenta, obrigatoriamente uma dimensão política, uma vez que se desenvolve em meio às contradições engendradas na dinâmica das classes antagônicas, tal qual apontam Braz e Barata (2009, p.4). Assim, os projetos societários, enquanto projetos coletivos, constituem projetos de classe, que apontam um ideal de sociedade que se pretende construir, apresentando os valores que a regem e os meios para concretizá-lo, sempre em contraposição ao projeto que lhe é contrário. (NETTO, 2006, p. 2)

Um fenômeno típico de sociedades cuja organização política tem por base os preceitos democráticos, é a coexistência de diferentes projetos societários, que disputam entre si a adesão dos membros da sociedade. Ocorre que, conforme assinalado por Netto (Idem, p. 3), na ordem capitalista, ainda que num contexto de

democracia política, os projetos societários que atendem aos interesses da classe trabalhadora sempre dispõem de condições menos favoráveis para enfrentar os projetos das classes dominantes, uma vez que estas classes contam com o controle das classes subalternizadas, através de mecanismos de coesão ou coerção.

Os projetos profissionais, por sua vez, estão relacionados especificamente às "profissões que, reguladas juridicamente, suprem uma formação teórica e/ou técnico-interventiva, em geral no nível acadêmico superior". (Ibidem, p. 4) Tais projetos

> .... apresentam a autoimagem de uma profissão, elegem os valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, práticos e institucionais) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as bases das suas relações com os usuários de seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais privadas e públicas (inclusive o Estado, a que cabe o reconhecimento jurídico dos estatutos profissionais). (Ibidem, p. 4)

Tais projetos encontram-se, portanto, conectados a um determinado projeto societário, "cujo eixo central vincula-se aos rumos da sociedade como um todo – é a disputa entre projetos societários que determina, em última instância, a transformação ou a perpetuação de uma dada ordem social" (BRAZ e BARATA, 2009, p. 5). Desta forma, como destacado pelos autores, não há como conceber os projetos profissionais apartados dos projetos coletivos de maior abrangência, os projetos de sociedade, o que estabelece uma relação direta entre o fazer profissional e a concepção de mundo do profissional, que reforça com suas ações, o projeto societário com o qual se identifica, ou seja, o projeto ético de uma profissão expressa mediações entre projetos societários e projetos profissionais.

Em seu projeto profissional, o Serviço Social tem como premissas o compromisso com a classe trabalhadora e os processos emancipatórios na perspectiva de construção de uma nova ordem social, fundamentada na liberdade, democracia, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero.

Porém, conforme destaca Netto (2006, p 4), para que um projeto profissional se afirme na sociedade, faz-se necessário que tenha em sua base um corpo

profissional organizado. No caso do Serviço Social, tal organização compreende o conjunto Conselho Federal de Serviço Social e Conselhos Regionais de Serviço Social (CFESS/CRESS), a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa e Serviço Social (ABEPSS), a Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social (ENESSO), sindicatos e associações de assistentes sociais. Em relação ao Projeto Ético Político do Serviço Social (PEPSS), este orienta o exercício e a formação profissional, sendo explicitado no Código de Ética Profissional, na Lei de Regulamentação da Profissão, através da Lei 8662, de 1993, e nas Diretrizes Curriculares aprovadas pela ABEPSS em 1996.

Construído historicamente na dinâmica social, tendo como marco o Movimento de Reconceituação, o PEPSS sintetiza complexas reflexões da categoria ao longo de sua história. No Brasil, o Serviço Social, criado, como profissão, para responder a uma demanda do capital, configura-se em suas origens pela filantropia, sendo impulsionado pelas contradições da ordem burguesa, vê-se a partir de condição de classe dos assistentes sociais, chamado a responder à demanda gritante da classe operária. O contexto político autocrático instalado no país na década de 1960 promove uma “intencionalidade de ruptura” teórico metodológica, em muito baseada na teórica crítica marxiana e marxista que adentrou os debates acadêmicos e os espaços políticos de organizações da classe trabalhadora, como sindicatos e partidos. Como consequência para o conjunto da categoria, uma perspectiva de compromisso ético político com a classe trabalhadora, o que fica claramente explícito no PEPSS, que

> ... tem em seu núcleo o reconhecimento da liberdade como valor ético central – a liberdade concebida historicamente, como possibilidade de escolher entre alternativas concretas; daí um compromisso com a autonomia, a emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais. Conseqüentemente, o projeto profissional vincula-se a projeto societário que propõe a construção de uma nova ordem social, sem dominação e/ou exploração de classe, etnia e gênero. (NETTO, 1999, p. 104-5)

Ocorre que é polêmico afirmar que o PEPSS goza de hegemonia entre o corpo profissional do Serviço Social brasileiro, tal qual aponta Braz (2007, p. 5), dado ao fato de que o corpo profissional não consiste numa unidade homogênea, mas sim compõe uma unidade de diversos, com projetos individuais e societários diversos, ou seja, o

corpo profissional constitui um campo de tensões e lutas. Porém, apesar das diversidades que compõem o todo da profissão, de sua não uniformidade e que isto gera tensões em torno das disputas societárias, a consolidação da hegemonia de um projeto profissional não anula tais contradições, não deixando de existir segmentos profissionais que defendem projetos alternativos.

As disputas e contradições que compõem o PEPSS apresentam importância vital para a construção democrática da sociedade e, neste sentido, Netto (2006, p. 6) nos chama a atenção com a afirmativa de que a hegemonia de um projeto profissional deve considerar o pluralismo como elemento factual da vida social e da profissão. O pluralismo refere-se ao debate de ideias, ao respeito à hegemonia legitimamente conquistada de um projeto, pois

> ... considerando o pluralismo profissional, o projeto hegemônico de um determinado corpo profissional supre um *pacto* entre seus membros: uma espécie de acordo sobre aqueles aspectos que, no projeto, são imperativos e aqueles que são indicativos. *Imperativos* são os componentes compulsórios, obrigatórios para todos os que exercem a profissão (estes componentes, em geral, são objeto de regulação jurídico-estatal); *indicativos* são aqueles em torno dos quais não há um consenso mínimo que garanta seu cumprimento rigoroso e idêntico por todos os membros do corpo profissional. Se pensamos no Serviço Social no Brasil, recordamos como componentes imperativos a *formação acadêmica*, tal como reconhecida pelo Ministério da Educação (isto é, em instituições de nível superior credenciadas e segundo padrões curriculares minimamente determinados), e a *inscrição na respectiva organização profissional* (CRESS). (NETTO, 2006, p.7)

Com os elementos abordados acima, podemos compreender que a autoimagem da profissão representada pelo projeto profissional envolve aspectos com os quais a categoria se identifica, aspectos que são a base efetiva do projeto e que, ao ganhar legitimidade, o tornam hegemônico no seio profissional, não se negando com isto, aspectos a não unanimidade já mencionada. Braz (2007, p.6) destaca três elementos constitutivos do PEPSS que conquistaram hegemonia: a dimensão teórica (conjunto da produção de conhecimentos no Serviço Social), a dimensão jurídico-política (construtos legais da profissão, tanto leis estritamente profissionais quanto a

legislação social mais ampla) e a dimensão político-organizativa (ancorada nos fóruns coletivos das entidades representativas do Serviço Social).

A hegemonia foi se estabelecendo na constatação de um Serviço Social consolidado, conforme afirma o autor, mesmo em conjunturas políticas diferenciadas, o que para o estudioso, se deve em decorrência da capacidade, cabendo aqui destaque à ação consciente da vanguarda profissional, de articular hegemonia teórica (fortemente, mas não exclusivamente influenciada pela tradição marxista) e política (estabelecida nas entidades profissionais renovadas ao longo dos anos 1980 e 1990). Lembrando neste período demarcado, o contexto de ebulição política e teórica que provocou uma “virada” na profissão, levando os assistentes sociais a profundas reflexões acerca de si, enquanto categoria e suas determinações sócio históricas.

Uma vez que a construção dos projetos profissionais se dá no processo histórico, Netto (2006, p. 5), chama atenção para o fato de que eles não são estruturas estáticas, mas respondem à dinâmica da sociedade, sobre a qual opera, em suas transformações, ao desenvolvimento teórico e prático da profissão e das mudanças do corpo profissional, que refletem as mudanças gerais da sociedade.

4 CONCLUSÃO

O Serviço Social, como categoria profissional construída historicamente, tem suas origens na Igreja católica, compondo a formação doutrinária para o “soerguimento moral” das famílias operárias, em claro confronto de ideias que caracterizam a divergência de interesse entre as classes, no contexto da urbanização nacional organizado pelo capitalismo monopolista. Em sua trajetória formativa, a profissão vivencia marcos sociais e políticos mediados por debates e reflexões sobre a dinâmica geral da sociedade, e particularmente sobre seu papel como sujeito

coletivo a quem são impressas responsabilidades junto aos afetados pelas manifestações de seu objeto de trabalho, a questão social.

Nesse conjunto de reflexões é possível notar que a categoria hegemonia de Gramsci influencia o projeto ético político da profissão dando uma direção moral e intelectual à profissão, vinculando-o aos interesses da classe trabalhadora, bem como permite visualizar as disputas dos projetos hegemônicos da sociedade, possibilitando uma perspectiva totalitária da

Com o crescimento do posicionamento crítico à conjuntura político econômica pautado no redirecionamento teórico metodológico, a categoria vivencia iniciativas articuladas à construção de outro projeto societário, com destaque para experiências com de trabalho de organização de setores populares e movimentos sociais, organização política da categoria, rumo a um projeto societário emancipatório. Nesta perspectiva, o Projeto Ético sintetiza esse processo histórico político e social.

O PEPSS, enquanto projeto que expressa uma concepção de projeto societário, direciona a prática profissional para o compromisso com a emancipação da classe trabalhadora e da humanidade, combatendo todas as formas de exploração, opressão e humilhação. Em muito esta construção resulta da condição própria de trabalhadora em que se encontra a categoria, apesar das particularidades de sua inserção na divisão social do trabalho. Como resposta às questões impostas ao Serviço Social pela sociedade e pelo corpo profissional, o Projeto Ético se insere na construção de hegemonia profissional, observando, no entanto, que, em que pese esta condição, é importante observar sua dimensão para além da categoria, mas inserida na dinâmica maior da luta de classes.

Desde sua gênese, o PEPSS tem conquistado a validação, nos fóruns, debates e congressos realizados pelas instâncias organizativas da profissão, de uma direção ética e intelectual. No entanto, para conquista e manutenção da hegemonia de tal projeto profissional, pressupõe-se o consenso e adesão como sustentáculos, o que

não significa uma categoria homogênea, mas sim, o reconhecimento de divergências democraticamente coexistentes.

Faz-se imprescindível que, o PEPSS seja de fato incorporado à práxis profissional. O hiato, tão defendido por um expressivo número de profissionais, entre teoria e prática, estende-se ao PEPSS, limitando-o, por vezes, aos círculos de debates da categoria, mas que encontra entraves para sua concretização no cotidiano profissional, este perpassado por contradições e respostas imediatas, dada à urgência e dinamismo dos acontecimentos.

Considera-se que PEPSS se insere no movimento real da categoria em meio às disputas societárias, mas que na condição de projeto hegemônico da categoria apresenta limites considerando a organização social capitalista. Isto implica disputa de ideias mediadas por contradições, avanços e limites. Destaca-se neste sentido, o avanço do conservadorismo reacionário no contexto atual que, em muito, incide sobre a formação e cultura profissional, expondo os princípios defendidos pelo Projeto Ético, exigindo da categoria o aprofundamento da análise da realidade e o compromisso com a emancipação da classe trabalhadora e da humanidade, superando todas as formas de exploração, opressão e humilhação.

REFERÊNCIAS

BRAZ, Marcelo. **A hegemonia em xeque. Projeto ético-político do Serviço Social e seus elementos constitutivos**. In. Revista Inscrita, Ano VII, Nº X, CFESS Brasília, 2007.

BRAZ, Marcelo; BARATA, Joaquina. **O projeto ético-político do Serviço Social. In: Direitos Sociais e Competências Profissionais.** Brasília, CFESS/ABEPSS, 2009.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. V.3. Trad: C. N. Coutinho. -3ª ed.- Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, vol.3, 2007.

GRUPPI, Luciano. **Conceito de hegemonia em Gramsci**. Trad.: C. N. Coutinho/apresentação de Luiz Werneck Vianna. Rio de Janeiro: Graal, 1978

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social**: ensaios críticos. São Paulo, Cortez, 2011.

SIMIONATTO, Ivete; NEGRI, Fabiana. **Gramsci e a produção do conhecimento no Serviço Social brasileiro**. Rev. katálysis, Florianópolis, v. 20, n. 1, p. 13-21, abr.2017.

NETTO, José Paulo. **Serviço Social e Política Social.** Módulo 1. Brasília: CEAD/ABEPSS/CFESS, 1999.

NETTO, José Paulo. **A construção do projeto ético-político do Serviço Social**. In: (Orgs.). **Serviço Social e saúde: formação e trabalho profissional**. São Paulo: Cortez, 2006. [Acessado em 21 de agosto de 2021]. Disponível em: https://www.ssrede.pro.br/wp-content/uploads/2017/07/projeto_etico_politico-j-p-netto_.pdf

NEVES, Angela Vieira; Apontamentos sobre Gramsci e sua influência ao Serviço Social no século 21. Revista Katálysis [online]. 2017, v. 20, n. 1 [Acessado 20 Julho 2021], pp. 31-36. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1414-49802017.00100004>. ISSN 1982-0259. https://doi.org/10.1590/1414-49802017.00100004.